



CÓD: OP-085JN-22
7908403516865

CARMO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ**

Monitor de Transporte Escolar

EDITAL Nº 001/2022

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos; tipos e gêneros textuais;	01
2. Significação de palavras e expressões; sinônimos e antônimos	10
3. Ortografia oficial;	10
4. Classes de palavras variáveis e invariáveis e suas funções no texto; tempos simples e tempos compostos dos verbos; conjugações verbais;	11
5. Concordâncias verbal e nominal;	17
6. Colocação de pronomes nas frases;	19
7. Sintaxe: termos essenciais e acessórios da oração; tipos de predicado;	20
8. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas; dígrafos, encontros vocálicos e consonantais; divisão silábica;	22
9. Processos de formação de palavras: derivação, composição e outros processos;	23
10. Usos dos “porquês”;	23
11. Usos de “mau” e “mal”.	24

Matemática

1. Sequências Lógicas envolvendo números, letras e figuras.	01
2. Geometria.	23
3. Conjuntos numéricos.	34
4. Equações do 1º e 2º graus. Sistemas de equações.	44
5. Criptografia.	48
6. Conjuntos; as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença. Comparações. Numeração.	48
7. Números e grandezas proporcionais, razões e proporções;	51
8. Regra de três simples e composta;	52
9. Porcentagem;	53
10. Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante;	55
11. Estatística. Gráficos e tabelas.	57
12. Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais;	62
13. Inequação do 1º grau, Inequação do 2º grau.	62
14. Aritmética.	62
15. Análise combinatória. Probabilidade.	66

Conhecimentos Gerais

1. Atualidades nacionais e internacionais. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política, tecnológica, segurança e ecologia com as diversas áreas correlatas do conhecimento juntamente com suas vinculações histórico geográficas em nível nacional.	01
2. História do município de Carmo e do estado do Rio de Janeiro.	01
3. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea.	02
4. Desenvolvimento urbano brasileiro.	08

Conhecimentos Específicos

Monitor de Transporte Escolar

1. O papel do monitor do transporte de escolares. Atividades realizadas pelo monitor	01
2. Disciplina e vigilância dos alunos.	01
3. Relacionamento interpessoal	06
4. Observação e orientação dos setores. Comportamento dos alunos. Cumprimento de horários. Contagem e conferência dos alunos	15
5. Primeiros socorros aos alunos.	18
6. Telefones de emergência: pronto socorro, polícia militar e corpõ de bombeiros.	29
7. Sinalização de trânsito, uso do cinto de segurança. A segurança do aluno durante o transporte escolar. Orientação dos alunos sobre regras e procedimentos	30
8. Conhecimentos e manuseio de extintor de incêndio	38
9. Lei nº 9.503/1997 - Código de trânsito brasileiro - da condução de escolares – artigos: 136 ao 139 (acessível em: http://www.Planalto.Gov.Br/ccivil_03/leis/19503compilado.Htm	40
10. Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional	41
11. Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da criança e adolescente (acessível em: http://www.Planalto.Gov.Br/ccivil_03/leis/18069.Htm) . . .	64

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS; TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseje que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada *“Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”*.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a A.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o **auditório**, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.
In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio *“Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”*.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz *“A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”*, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma *“Amigo de amigo meu é meu amigo”* não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

SEQUÊNCIAS LÓGICAS ENVOLVENDO NÚMEROS, LETRAS E FIGURAS

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Este tipo de raciocínio testa sua habilidade de resolver problemas matemáticos, e é uma forma de medir seu domínio das diferentes áreas do estudo da Matemática: Aritmética, Álgebra, leitura de tabelas e gráficos, Probabilidade e Geometria etc. Essa parte consiste nos seguintes conteúdos:

- Operação com conjuntos.
- Cálculos com porcentagens.
- Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.
- Geometria básica.
- Álgebra básica e sistemas lineares.
- Calendários.
- Numeração.
- Razões Especiais.
- Análise Combinatória e Probabilidade.
- Progressões Aritmética e Geométrica.

RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO

Este tipo de raciocínio está relacionado ao conteúdo Lógica de Argumentação.

ORIENTAÇÕES ESPACIAL E TEMPORAL

O raciocínio lógico espacial ou orientação espacial envolvem figuras, dados e palitos. O raciocínio lógico temporal ou orientação temporal envolve datas, calendário, ou seja, envolve o tempo.

O mais importante é praticar o máximo de questões que envolvam os conteúdos:

- Lógica sequencial
- Calendários

RACIOCÍNIO VERBAL

Avalia a capacidade de interpretar informação escrita e tirar conclusões lógicas.

Uma avaliação de raciocínio verbal é um tipo de análise de habilidade ou aptidão, que pode ser aplicada ao se candidatar a uma vaga. Raciocínio verbal é parte da capacidade cognitiva ou inteligência geral; é a percepção, aquisição, organização e aplicação do conhecimento por meio da linguagem.

Nos testes de raciocínio verbal, geralmente você recebe um trecho com informações e precisa avaliar um conjunto de afirmações, selecionando uma das possíveis respostas:

- A – Verdadeiro (A afirmação é uma consequência lógica das informações ou opiniões contidas no trecho)
- B – Falso (A afirmação é logicamente falsa, consideradas as informações ou opiniões contidas no trecho)
- C – Impossível dizer (Impossível determinar se a afirmação é verdadeira ou falsa sem mais informações)

ESTRUTURAS LÓGICAS

Precisamos antes de tudo compreender o que são proposições. Chama-se proposição toda sentença declarativa à qual podemos atribuir um dos valores lógicos: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Trata-se, portanto, de uma sentença fechada.

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são formadas por proposições simples ligadas por conectivos, aos quais formam um valor lógico, que podemos vê na tabela a seguir:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	~	Não p	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>~p</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p ^ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p v q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p v q	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v q																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	∨	Ou p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p ∨ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p ∨ q	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p ∨ q																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	→	Se p então q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p → q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	p → q	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	p → q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																

Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	p	q	$p \leftrightarrow q$
			V	V	V
			V	F	F
			F	V	F
			F	F	V

Em síntese temos a tabela verdade das proposições que facilitará na resolução de diversas questões

		Disjunção	Conjunção	Condicional	Bicondicional
p	q	$p \vee q$	$p \wedge q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	V

Exemplo:
(MEC – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS POSTOS 9,10,11 E 16 – CESPE)

	P	Q	R
①	V	V	V
②	F	V	V
③	V	F	V
④	F	F	V
⑤	V	V	F
⑥	F	V	F
⑦	V	F	F
⑧	F	F	F

A figura acima apresenta as colunas iniciais de uma tabela-verdade, em que P, Q e R representam proposições lógicas, e V e F correspondem, respectivamente, aos valores lógicos verdadeiro e falso.

Com base nessas informações e utilizando os conectivos lógicos usuais, julgue o item subsecutivo.

A última coluna da tabela-verdade referente à proposição lógica $P \vee (Q \leftrightarrow R)$ quando representada na posição horizontal é igual a

	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦	⑧
$P \vee (Q \leftrightarrow R)$	V	V	V	F	V	F	V	V

- () Certo
- () Errado

Resolução:

$P \vee (Q \leftrightarrow R)$, montando a tabela verdade temos:

R	Q	P	$[P \vee (Q \leftrightarrow R)]$
V	V	V	V
V	V	F	V
V	F	V	V
V	F	F	F

ATUALIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS. NOÇÕES GERAIS SOBRE A VIDA ECONÔMICA, SOCIAL, POLÍTICA, TECNOLÓGICA, SEGURANÇA E ECOLOGIA COM AS DIVERSAS ÁREAS CORRELATAS DO CONHECIMENTO JUNTAMENTE COM SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICO GEOGRÁFICAS EM NÍVEL NACIONAL

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “*área do cliente*”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo com ilustrações e imagens, notícias de fontes verificadas e confiáveis, tudo preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

Acesse: <https://www.apostilasopcao.com.br/errata-retificacao>

Bons estudos!

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE CARMO E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Município de Carmo

A história do município se inicia com a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Carmo, em 1634, em terras doadas por fazendeiros da região. O povoamento do Arraial do Carmo de Cantagalo iniciou-se em 1842, na época em que terminaram as obras daquele templo religioso. Em 1846, a localidade passou a chamar-se Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

A partir da segunda metade do século XIX, as terras dessa região exerceram grande atração aos colonos, em busca de solos férteis para atividades agrícolas. O desenvolvimento promovido pelo cultivo do café e sua comercialização determinaram a criação do município de Carmo, em 1881, cujo território foi desmembrado do município de Cantagalo. A sede municipal passou a denominar-se Vila do Carmo e atingiu a categoria de cidade em 1889.

O sítio urbano, onde se instalou a cidade, caracteriza-se pela sucessão de colinas em meia laranja, paisagem típica da região do planalto fluminense. Em torno da capela de Nossa Senhora do Carmo, no alto de uma das colinas da área, organizou-se a atual área central.

Com a decadência da economia cafeeira, a partir da década de 30, a cidade passou por um período de crescimento lento, ocorrendo loteamento das fazendas próximas ao núcleo. Nas últimas décadas, a implantação de pequenas indústrias estimulou o surgimento de bairros residenciais nas encostas dos morros vizinhos ao centro. Em 1922, iniciou-se a construção da Usina Hidrelétrica da Ilha dos Pombos, no Rio Paraíba do Sul, que ainda hoje é visitada por muitos turistas à procura dos animais silvestres que ali vivem.

Historia do Estado do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro (RJ) é um estado brasileiro localizado na região Sudeste do país, fazendo divisas com os estados do Espírito Santo, a norte; Minas Gerais, a noroeste; e São Paulo, a sudoeste. Toda a sua costa leste é banhada pelo Oceano Atlântico, o que contribui para o grande número de praias e pontos turísticos. A sua capital é a cidade do Rio de Janeiro, conhecida turisticamente como a “Cidade Maravilhosa” e que já foi a capital do Brasil entre os anos de 1763 e 1960.

Em razão de a capital e o estado possuírem o mesmo nome, há uma distinção com relação à naturalidade. Quando se faz referência a alguém do estado do Rio de Janeiro, utiliza-se o adjetivo pátrio fluminense, mas quando a designação é em relação à cidade do Rio de Janeiro, o termo correto é carioca.

O estado possui uma população de aproximadamente 16.370.000 pessoas, a terceira maior do país, habitando em uma área de 43.780 km², uma das menores do Brasil. Isso significa dizer que o Rio possui elevadas densidades demográficas, cerca de 366 habitantes por quilômetro quadrado. Há um total de 92 municípios, dos quais podemos destacar as cidades de Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Volta Redonda e Nova Iguaçu. 95% da população fluminense habita o meio urbano.

Geomorfologicamente, o Rio de Janeiro encontra-se na região dos Planaltos e Serras do Atlântico Leste-Sudeste, segundo a classificação do relevo brasileiro elaborada por Jurandyr Ross. Localmente, há três subdivisões: a região das Terras Altas, com mais de 200 m de altitude; as Terras Baixas, mais conhecidas como Baixada Fluminense, com menos de 200 m de altitude; e os maciços litorâneos, que envolvem toda a fisionomia superficial da costa marítima. O ponto mais alto do estado é o Pico das Agulhas Negras, com 2.791 metros acima do nível do mar.

O Rio de Janeiro representa a segunda maior economia do Brasil, com um dos espaços mais industrializados do país. A capital é, inclusive, uma das duas cidades globais brasileiras, fazendo parte da região que constitui a única megalópole da América do Sul, abarcando uma área que se estende até São Paulo e a Baixada Santista.

O parque industrial é diversificado, com empresas no ramo da metalurgia, siderurgia, produção de alimentos e, principalmente, extração e refino do petróleo. Outra significativa fonte de produção de riquezas é a atividade turística, sendo a cidade carioca um dos principais vetores do turismo no Brasil.

DESCOBERTAS E INOVAÇÕES CIENTÍFICAS NA ATUALIDADE E SEUS RESPECTIVOS IMPACTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Uma questão crucial e oportuna para um país emergente, que busca caminhos para alcançar um nível de produção e renda compatíveis com as necessidades da sociedade, são os processos, e os seus desafios, para gerar valor econômico a partir do conhecimento. Ou seja, é a relação entre o dispêndio em pesquisa e desenvolvimento (DPD) e o crescimento do produto interno bruto (PIB) do país, no presente cenário de um mundo globalizado, além da forma em que esse DPD é aplicado.

Começemos por compreender como se realiza o processo em que um dado conhecimento é incorporado ao valor econômico de um produto ou processo.

Esse mecanismo é complexo e variável para cada tipo de agregação.

Entretanto, é possível estabelecer algumas etapas comuns a todos os processos, sistematizando-os para que possamos melhor compreendê-los e até interferir, com a formulação de políticas públicas para o seu pleno desenvolvimento.

O uso de um conhecimento científico em uma nova aplicação determina o que vamos chamar de uma descoberta tecnológica. Esse conhecimento tanto pode ser já consagrado em outros usos (por exemplo, válvula de emissão termoiônica para fazer o cinescópio da televisão) ou acabado de ser descoberto (uso do cristal líquido para fazer uma tela de calculadora).

Nessa fase embrionária, uma descoberta tecnológica é, em si mesma, essencialmente um novo conhecimento, um conhecimento tecnológico, que se constitui na própria proposta de uma aplicação criativa do conhecimento científico.

Nesse estado nativo, é de muito interesse para atividade acadêmica, principalmente para a capacitação de recursos humanos para a pesquisa, e também porque pode ser objeto de publicações e teses. Mas não tem ainda, de per se, um valor econômico, pois não é suficientemente robusta para competir, no mercado, com as alternativas tecnológicas existentes, e nem é ainda patenteável.

À essa descoberta tecnológica começam, então, a ser agregados inúmeros aperfeiçoamentos, ou inovações tecnológicas, contadas, muitas vezes, às centenas e até milhares, tanto no produto quanto no seu processo de fabricação. Essas inovações vão implementando a robustez da tecnologia até dar-lhe suficiente competitividade, para que possa vir a disputar com as outras tecnologias do mesmo produto ou processo, ou do seu substituto, uma parcela do seu mercado.

É importante notar que, em sua grande maioria, essas inovações não exigem que seja gerado um novo conhecimento, mas são simplesmente o uso criativo, para o caso específico, de conhecimentos já existentes. Por exemplo, fazer a tela do cinescópio plana ou tornar a tela de cristal líquido em matriz ativa.

Assim, são, em geral, patenteáveis mas não publicáveis.

Desta forma, podemos conceituar uma descoberta científica ou tecnológica como um ato acadêmico, realizado no âmbito da universidade, destinado à capacitação de recursos humanos qualificados e gerador de novos conhecimentos publicáveis nos periódicos especializados, como prova de sua originalidade e valor como um conhecimento.

A inovação, ao contrário, como acima apresentado, é uma atividade econômica, executada no ambiente da produção, e que se destina a dar mais competitividade a uma tecnologia, ou descoberta tecnológica, de um produto ou processo, ampliando a sua parcela de mercado e, assim, agregando valor econômico e lucratividade.

Portanto, uma tecnologia constitui-se de uma descoberta, o uso de algum conhecimento recente ou não em uma nova aplicação, robustecida por centenas ou milhares de inovações utilizando criativamente conhecimentos existentes. Um mesmo produto tem, em geral, umas poucas descobertas amplamente conhecidas através de publicações e centenas ou milhares de inovações, protegidas do conhecimento e uso por terceiros através de patentes.

Como exemplo, temos a tela de monitor que, em 70 anos de existência, teve duas descobertas tecnológicas, válvula termoiônica e cristal líquido, e milhares de inovações patenteadas por diversos fabricantes, pois é óbvio que os atuais modelos no mercado só têm em comum com os primeiros as descobertas tecnológicas. Outro exemplo é a propulsão do avião que, em cem 130 anos, só teve três descobertas: a hélice, o turbo-hélice e o jato. Mas o número de inovações conta-se aos milhares.

Note-se que as inovações podem ser desenvolvidas em descobertas tecnológicas recentes ou antigas, pelos que realizaram a descoberta ou por outros produtores. Assim, a Coreia, embora domine o mercado de monitores, não descobriu nenhuma das duas tecnologias usadas para telas. O mesmo ocorre com a telefonia celular, que não é descoberta da Nokia, da Samsung ou da Motorola, os três principais fabricantes. Assim como a Embraer não descobriu o avião.

Como a descoberta tecnológica, em seu estado natural, não tem viabilidade no mercado sem as inovações, fica claro que essas é que são o real mecanismo de agregação de valor econômico, na medida em que transformam uma descoberta em um produto ou processo capaz de disputar o mercado, pela quase contínua incorporação de conhecimentos.

Um aspecto relevante é que uma descoberta tecnológica pode consumir 10, 20 ou mais anos para alcançar suficiente robustez para tornar-se uma tecnologia e disputar mercado. E, por vezes, isso jamais acontece e a descoberta acaba definitivamente abandonada. O seu risco, portanto, é muito elevado. A inovação, ao contrário, na medida em que é o atendimento de uma demanda real do mercado, por ser mais objetiva, é rapidamente implementada e, por essas razões, tem baixo risco.

Portanto, mesmo para um país que descobre novas tecnologias, como os países do primeiro mundo, é indispensável ter uma eficiente geração de inovações no setor produtivo, para que alcance uma agregação efetiva de valor econômico com o uso do conhecimento. E este, entretanto, nem precisou ser gerado no próprio país, como é o caso de Taiwan e Coreia.

Portanto, para transformar conhecimento em valor agregado, a geração de inovações é condição indeclinável. E a descoberta de novas tecnologias é conveniente, desde que o setor produtivo seja um gerador de inovações.

A posição do nosso país está muito aquém do desejável e até do necessário para alimentar o nosso desenvolvimento sustentado. Temos realizado, nos últimos 30 anos, o DPD de modo irregular e, principalmente, ineficiente, para a transformação de conhecimento em valor econômico, posto que a nossa política de fomento à pesquisa (ou política de ciência & tecnologia, na nomenclatura oficial) não contempla a geração de inovações pelo setor produtivo, mas apenas as descobertas científicas e tecnológicas, realizadas no âmbito acadêmico. É o que mostram a medida da nossa inventividade e de crescimento do PIB.

A medida internacionalmente usada para avaliar o grau de inovação é a outorga ou obtenção de patentes de invenção. Como as patentes têm âmbito local, toma-se o mercado americano para comparação, por ser o maior mercado mundial, com 157 mil patentes em 2000. Apenas 12 países geram 95% dessas patentes americanas. Entre esses, só dois emergentes: Taiwan, o quarto, e Coreia, o oitavo. A nossa posição é humilhante para a nossa criatividade, o tamanho e a diversidade da nossa economia e as expectativas da nossa sociedade: tivemos menos de um milésimo das patentes, em 2000.

Mas o mais grave é que enquanto crescemos de três em três patentes, os países acima citados agregam cerca de uma quarta parte a cada ano, dobrando a cada três anos. São países que mobilizam a sua criatividade para alcançar a autonomia tecnológica, assegurar a competitividade, elevar a renda, distribuí-la de forma justa e, assim, construir o próprio futuro. E inovação tecnológica própria é o que não temos na medida do necessário. Veja-se o quadro abaixo.

Patentes outorgadas nos Estados Unidos

	1980	2000	Crescimento anual médio
Estados Unidos	37.354	85.072	2.331 unidades ¹
Taiwan	65	4.667	22,4%
Coreia	8	3.314	26,0%
Brasil	24	98	3 unidades ¹

Fonte: U.S. Patent and Trade Mark Office. (1) Ajuste linear.

A consequência direta da competência na inovação é que o país pode disputar o mercado internacional pela via das exportações. Isso amplia o mercado para os seus produtos e, assim, propicia condições de um crescimento mais rápido da economia, isto é, do PIB. Veja-se, no quadro abaixo, como o nosso desempenho se compara com países que têm uma intensiva geração de inovações, uma vez que é no setor produtivo que se executam mais de 70% do DPD total do país.

Crescimento do PIB e do dispêndio em inovação, taxas anuais médias (%)

	PIB ¹ : 1980-1999	Dispêndio em inovação ³ : 1980-1998
Brasil	2,9	
Estados Unidos	3,5	4,9
Taiwan (1981-2000) ²	7,0	9,6
Coreia	7,6	10,0

Fontes: 1) Banco Mundial; 2) página Internet; 3) KITA, 2000.

Temos o pior desempenho entre os países acima e nem sequer temos os dados de dispêndio em inovação do nosso país, estimados em cerca de 0,10 a 0,15 do PIB. O mais grave, porém, é que a distância entre a nossa economia e a dos EUA aumentou nos últimos vinte anos. Além disso, fomos ultrapassados em PIB per capita por Taiwan (US\$ 14,4 mil) e pela Coreia (US\$ 13,7 mil), contra apenas US\$ 3,5 mil do nosso país, o 81o do mundo. Em 1981, porém, o PIB per capita da Coreia era um quarto menor e o de Taiwan só 5% maior do que o nosso. Ou seja, em cerca de 20 anos, o PIB per capita de Taiwan cresceu quase quatro vezes mais do que o nosso, e o da Coreia, cerca de cinco vezes mais.

O nosso mau desempenho em inovações deixou as indústrias nacionais, que sobreviveram à desnacionalização dos anos noventa, sem um mínimo de competitividade, condição essencial ao crescimento da sua produção. Ora, sem fomento governamental para inovações tecnológicas e sem tempo e capital para desenvolvê-las com risco próprio, as empresas foram compelidas a recorrer ao licenciamento de patentes e de tecnologias do exterior. Isso propiciou um crescimento moderado de 23% do PIB, de 1992 a 1997, ao custo de se elevarem as patentes licenciadas em quase cem vezes e os gastos diretos com licenciamentos externos em mais de nove vezes, no período, como se nota no quadro abaixo.

O PAPEL DO MONITOR DO TRANSPORTE DE ESCOLARES. ATIVIDADES REALIZADAS PELO MONITOR

O monitor - também chamado, em algumas instituições, de inspetor e bedel - é um dos profissionais mais atuantes na esfera educacional. Ele transita por toda a escola, em geral conhece os alunos pelo nome e é um dos primeiros a serem procurados quando há algum problema que precisa ser solucionado rapidamente. Contudo, ele nem sempre é valorizado como deveria. Infelizmente, muitos diretores entendem que quem atua nessa função deve apenas controlar os espaços coletivos para impedir a ocorrência de agressões, depredações e furtos, vigiar grupos de alunos, observar comportamentos suspeitos e até mesmo re- visar armários e mochilas.

Esse tipo de controle, além de perigoso - pois os conflitos abafados por ações repressoras acabam se manifestando com mais violência -, contribui para reforçar a desconfiança entre a instituição e os estudantes. E uma relação fundada na insegurança fragiliza a construção de valores democráticos, que deveria ser um dos objetivos de todas as escolas. Como qualquer profissional do nosso meio, os monitores também são educadores e cabe à equipe gestora realizar ações formativas para que eles saibam como interagir com as crianças e os jovens nos diversos espaços (como o pátio, os corredores, as quadras, a cantina, o banheiro etc). Com uma boa formação, eles são capazes de trazer informações importantes sobre a convivência entre os alunos que poderão ser objeto de análise para que o orientador educacional, juntamente com o diretor e a equipe docente, planeje e execute intervenções. Algumas das atribuições dos monitores que favorecem a análise da convivência são:

- Acompanhar o processo de adaptação dos alunos novos na escola e dos que estão nas séries iniciais de um segmento, sobretudo no início das aulas.
- Analisar o grupo em diferentes contextos: como ele se organiza, os espaços que ocupa, as brincadeiras e os jogos que privilegia no dia a dia.
- Observar os valores que circulam longe do olhar dos professores.
- Investigar as relações de poder existentes entre os alunos, reconhecendo as lideranças e os que se submetem a elas.

Além de capacitá-los a examinar as relações interpessoais, é imprescindível que a formação contemple também o aprendizado sobre como agir em momentos de conflito. Os monitores contribuem para evitar brigas quando atuam com ética e promovem ações educacionais para ajudar as crianças a lidar com as divergências e os desentendimentos. Quanto mais os monitores souberem do projeto político-pedagógico da escola, mais eles se sentirão parceiros na Educação dos alunos e atuarão como tal.

Para tanto, devem ser convidados a participar das reuniões de planejamento e das decisões que envolvem toda a equipe. Ao mesmo tempo, os encontros deles com a equipe de direção podem entrar na rotina, pois assim se cria um canal de comunicação em que eles se sintam seguros para expor as dúvidas, explicitar as incertezas e discutir os acontecimentos. Escolas que optam por formar monitores capazes de favorecer a segurança dos alunos e atuar na prevenção e intervenção de situações delicadas estão no caminho certo para promover a melhoria das relações de convivência.

Fonte: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/523/o-papel-do-monitor-inspetor-ou-bedel-na-formacao-dos-alunos>

DISCIPLINA E VIGILÂNCIA DOS ALUNOS

Um dos grandes desafios atuais da escola é sem dúvida dar conta dessas duas condições: disciplina e indisciplina. Lembrando que disciplina é aqui tratada não como conteúdo escolar, mas como comportamento humano, sendo este caracterizado como o que corresponde ao necessário para a manutenção adequada das relações.

Segundo Parolin (2005, p.55), observa-se que “na convivência com os adultos, a criança necessita tanto encontrar barreiras que a impeçam de realizar alguns desejos, como apoios que facilitarão a obtenção do desejado. Quando a criança compreende o “sim” como algo destinado a ela e o “não” como um impedimento à realização de algo, ela se estrutura como pessoa e começa a compreender o sentido da liberdade como um trânsito entre o individual e o coletivo.”

A fala da autora já nos indica que o “sim” e o “não” não são opostos na educação das crianças, mas se complementam dando direção e objetividade à formação de um valor de convivência social. Ser uma criança disciplinada não é indicativo de criança quieta, silenciosa, atenta, centrada, sempre acessível; uma criança disciplinada brinca, corre, pula, grita, chora, briga, porque criança é criança e é assim que se comporta – tem energia para suas vivências. Mas, esta criança disciplinada sabe também respeitar as regras e limites que se impõem ao ambiente; se sente segura para liberar suas energias, sem atrapalhar ou comprometer-se a si mesma e aos demais no seu entorno.

Mas, para saber os limites e as regras, a criança requer que o adulto lhe ensine e oriente o seu processo, e isto não reside apenas na informação que possa o adulto passar, mas os modelos que ele expressa a partir de si. Já falamos sobre isso, mas vou relembrar -a família é o modelo que a criança tem, portanto:

- se a criança tem pais agressivos, entende ela que isso é o certo; se tem pais que a agridem, entende que é assim que deve tratar os demais;
- se os pais são passivos, repetirá esse comportamento;
- se os pais lhe dão tudo à mão, entenderá que os outros devem fazer o mesmo;
- se os pais não lhe explicam o certo e errado, não saberá conduzir suas ações de forma pensada;
- se os pais não lhe dizem não, a criança espera de todos o mesmo;
- enfim, se os pais não sabem conduzir suas próprias vidas, com certeza, seus filhos serão barcos à deriva.

Por outro lado, poderemos dizer que há famílias que são cuidadosas no sentido dessa orientação, porém, não praticam o que dizem. É como aquele exemplo conhecido em que os pais ensinam a criança que ela não deve nunca mentir, que dizer a verdade é o certo. Contudo, se não querem atender um telefonema, pedem a criança que mintam sobre sua presença.

É preciso compreender que a criança repete o que vê e o que ouve, na mesma medida dada pelos adultos e isso é comprovado por exemplos comuns:

- se os pais ensinam à criança que ela não deve falar palavrões, mas em casa os pais falam, ela os verbalizará na escola;
- dizem aos filhos que violência não é uma boa coisa, mas se algum coleguinha o bater, revide.

Estas contradições na orientação dada pelos pais refletem sobre a criança de maneira intensa, porque a criança passa a não acreditar no que lhe é dito. Dessa forma, a criança – agora insegura e ansiosa – assume um comportamento desafiante frente a todos os outros adultos.

Então, se a professora insistir em que faça algo, a criança diz: “você não me manda”; “eu não vou fazer porque eu não quero”; “você não é meu pai”, e assim por diante.

É importante estarmos atentos a esses pequenos discursos, a fim de tratarmos as situações com as devidas soluções que são pedidas. Toda criança precisa ser ensinada, porque não nasce sabendo regras e limites, mas entende-se como alguém provida de natural liberdade; ao descobrir que suas necessidades são atendidas, a criança passa a requerer orientação para suas ações. Nessa perspectiva, quando uma criança expressa seu comportamento desafiante com discursos de resistência e negação, entendemos que ela quer ser disciplinada; ela está pedindo limites, porque está insegura diante do certo e do errado. Nesse sentido, Parolin (2005, p.56), explica que: a criança sem limites não quer fazer os exercícios, não quer ouvir, não quer ler, acredita que os outros devem ler para ela, fazer para ela, ou ainda, o que é pior, considerar que os que propõem ações voltadas à sua aprendizagem estejam perturbando a sua paz – “o professor fica me aludando, dando tarefa todo dia”.

Lembrei-me de uma professora, numa instituição escolar que atendi por uma assessoria psicopedagógica, quando se queixou de um aluno que não a atendia nas atividades e tarefas de sala porque estava sempre com sono, chegando a ponto de debruçar-se sobre a carteira e dormir deliberadamente durante a aula. Toda vez que a criança era chamada à atenção, chorava e dizia que não conseguia se manter acordada. Primeiramente, pensamos na hipótese dessa criança estar com alguma disfunção orgânica, infecções comuns à infância (vermes), deficiência nutricional, fobia noturna, etc.

Quando relatamos para mãe a situação, ela nos informou que a criança dormia cedo e bem. Mas, os avós não deram a mesma informação, pois a mãe saía muitas noites da semana, retornando a altas horas; a criança ao perceber a ausência da mãe, não dormia; os avós para suprirem a carência do neto, deixavam na frente da televisão ou do computador até que adormecesse e, isto algumas vezes, foi com o dia amanhecendo. O que se passava na cabeça da criança não é difícil de perceber, pois se a mãe lhe ensinava que dormir cedo fazia bem, não dava o exemplo.

A criança pede autoridade, porque requer disciplina. Contudo, aqui vai um alerta importante: professor que grita com o aluno a fim de requerer seu comportamento; que ameaça com avaliações; que o expulsa da sala para a coordenação ou orientação; que discute com aluno – perde toda e qualquer razão, não tendo poder de orientação sobre o aluno. Aliás, que diga-se de passagem – professor que chega a esses extremos, precisa de férias e de terapia -, pois a perda do autocontrole coloca em risco toda seriedade das ações pedagógicas e, distorce a imagem pessoal do professor.

Quando a criança é indisciplinada, faz-se preciso investigar por que e o que ela está querendo dizer através de seu comportamento; seus discursos hostis sempre escondem a sua carência, a insegurança e o medo que sente. Isso pode parecer romântico diante de uma situação que requer manejo. Todavia, jamais poderemos esquecer que criança não tem potenciais cognitivos e intelectivos para solucionar os problemas que não nasceram com ela, mas foram exemplificados pelos adultos que estão à sua volta. Sendo assim, ela não precisa de adultos que lhe exigem a disciplina, mas de adultos que a orientem para a disciplina, de modo que ela possa, ao menos, fazer um comparativo entre o certo e o errado.

Isso não é uma receita, não significa que dará sempre certo e não há como garantir que a criança desenvolverá atitudes e comportamentos adequados. Em contrapartida, o professor deve estar pronto para investigar e, achando a origem dos problemas da indisciplina de seu aluno, deve elaborar estratégias que melhor se adequam à sua realidade de sala. Todavia, há determinantes nesse segmento que jamais podem ser desconsiderados:

- a relação estabelecida com cada aluno: nível de respeito, de afetividade, de aproximações, etc.
- a relação interpessoal entre os alunos;
- a relação social que cada aluno tem com seu entorno: valores, respeito e convivência;
- a relação de autorrespeito que cada um tem e o professor tem consigo;
- as relações de parcerias: alunos, escola, professores e, sobretudo, família.

Atualmente, educadores, familiares e sociedade vêm discutindo muito sobre a indisciplina escolar, buscando explicações, tentando descobrir o que realmente faz com que adolescentes e crianças cometam atos considerados de indisciplinados no interior das escolas. Porém as explicações que tanto buscamos pode estar bem mais perto do que imaginamos muitas vezes em nossa própria prática familiar, social e até mesmo pedagógica. A família pode ser em algum momento da vida de crianças e adolescentes motivadora da indisciplina, quando renega seus filhos, não os respeita enquanto sujeitos e quando os apresenta a práticas fora dos padrões familiares, tais como: violência e autoritarismo. Já a escola contribui para isso quando não permite que estes sujeitos em desenvolvimento coloquem ali seu ponto de vista, suas dúvidas e anseios. Somada a estas duas redes vêm à sociedade que em seu molde capitalista ajuda a separar os bons dos ruins conforme ela mesma sugere. E ao separarmos, estamos colocando a maioria de nossos estudantes à margem da indisciplina, pois quem não é aceito por um grupo selecionador de atitudes e modos de vida, começa a fazer de tudo para ser aceito.

Trabalhar no campo educacional nunca foi uma tarefa simples, porém nunca foi tão difícil como atualmente. O surgimento e manutenção de atos indisciplinados no interior das escolas tornaram-se um dos grandes problemas que diretores, pedagogos, professores 9307 familiares tentam resolver, porém na maioria das vezes se defrontam com problemas bem mais amplos e que necessitam de olhares diferentes em cada caso. Por causa deste problema, desde alguns anos atrás, surgiu como verdade do senso comum em nossa sociedade, principalmente nas instituições educacionais a visão de que os alunos estão cada vez mais indisciplinados, que não colaboram para a harmonia do meio que estão causando a desordem e em alguns casos o surgimento da violência. Sendo assim torna-se necessário e essencial que os agentes educacionais e todos os que lidam com crianças e principalmente adolescentes saber estipular limites, para que a disciplina seja valorizada, porém para que isso ocorra de forma prazerosa e sem marcas negativas para a criança ou adolescente, é necessário a presença de alguém que exerça uma autoridade, mas para que esta seja respeitada e seguida é imprescindível o respeito e o diálogo permanentemente com a criança ou adolescente.

Relação entre sociedade, escola e disciplina

Segundo Tuma (2001) e Foucault (2003), não se pode pensar em disciplina e indisciplina sem discutir a relação destes comportamentos dentro da sociedade, da família e da escola. Por este motivo, visando analisar a indisciplina em seus tramites, far-se-á um breve relato sobre o que estes três grandes grupos sociais, nos apresentam sobre o tema a ser discutido.

O sistema disciplinar segundo Tuma (2001) surge dentro da sociedade, em meados do século XVIII, motivado com a queda do sistema feudal e o surgimento de uma nova forma de produção (comércio) e uma nova classe social, formada por pessoas que abriam comércios nas cidades, esta classe é chamada de burguesia. Com o surgimento desta nova classe social a Igreja perde poder e o capitalismo começa a surgir na sociedade como movimento econômico e social dominante. Como afirma Tuma:

No bojo das mudanças propiciadas pelos mecanismos de expansão do comércio mercantilista, ou do preceito capitalismo industrial, começa adquirir forma mais transparente a divisão do velho ofício, e as ciências, a direcionarem suas preocupações para as pesquisas de produção. (TUMA. 2001, p. 35).

Sendo assim, a sociedade embalada pelo capitalismo tem um pensamento político e social tendo sua base segundo Hobsbawm:

Na crença no progresso que professava o típico pensador do iluminismo, visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, na bem-estar e na civilização que podia ver em toda sua volta e que, com certa justiça, atribuiu ao avanço crescente de suas ideias. (HOBSBAWM. 1989, p. 37).

Neste contexto social a burguesia começa a descobrir por meio de explorações espaciais, o preço do tempo, que por meio do trabalho geram lucro e exige o repensar da temporalidade. Com esta visão de que tempo é dinheiro, surge a necessidade da criação de normas de condutas sociais, para controlar os trabalhadores, chamados na época de proletariado.

Segundo Braverman: “o capitalista empenha-se, através da gerência (management), em controlar. E o controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais.” (BRAVERMAN. 1977 p. 68).

Surge então, a sociedade disciplinadora, com a característica principal de: controlar o tempo, vigiar e registrar o indivíduo e sua conduta. Mais tarde essa sociedade dá lugar às chamadas ciências humanas que começam a realizar exames para se chegar à verdade. A partir da democratização da sociedade, ouve no campo das relações sociais algumas transformações e o surgimento de uma nova percepção de aluno, porém a escola continuou segundo Aquino pensando no aluno como se pensava no antigo sistema escolar.

As escolas, com um caráter elitista e conservador, para classes mais abastadas, passaram a ser mais democráticas e o ensino expandiu-se para outras camadas sociais. Entretanto, esta escola continuaria num velho sistema não adaptado a este novo sujeito histórico. A indisciplina atual passaria a representar uma força de resistência e produção de novos sentidos à instituição escolar. (AQUINO. 2000, p. 56).

Sendo a escola um espaço social e integrante da sociedade em geral, esta é vista como espaço de socialização, como afirma Pereira: “possibilita o diálogo, a cooperação e a troca mútua, além de necessitar de normas e regras que facilitem e conduzam seu funcionamento” (PEREIRA. (2004, p. 51).

Esta mesma escola que é vista como um espaço de socialização, tende a estabelecer limites comportamentais e orientar de uma forma mais severa do que a família e de uma forma mais suave que a sociedade.

Neste bojo quando pensa-se no papel social da escola frente aos atos de indisciplina e disciplina, Aquino afirma:

[...] devemos analisar a indisciplina sob um prisma histórico baseado em condicionantes culturais ou sob um matiz psicológica, em relação à influência das relações familiares. Assim ao analisarmos a mesma sob o ponto de vista histórico, perceberemos que a disciplina se desenvolvia basicamente na obediência e subordinação, e o professor era hierarquicamente superior, detinha o respeito alheio e como mais próximo da lei, tinha como prerrogativa a punição. Sua função principal era modelar moralmente os alunos, assegurar o cumprimento das regras e normas mais amplas, inclusive os deveres escolares. (AQUINO. 2000, p. 45).

Visto isto, pode-se afirmar que os alunos são frutos da história, que conduz para a democracia, uma democracia “marcada pela divergência e pela liberdade das ideias” (SARTÓRIO, 2006, p. 57).

Sendo assim a escola necessita de normas como condições necessárias, a fim de internalizá-las em seus alunos para que estes consigam a autonomia e a liberdade, dentro de seu relacionamento social. O professor então é conforme Aquino: “aquele que educa, oferece parâmetros e estabelece limites” (AQUINO. (2000, p. 46).

Pensando ainda em sociedade e disciplina, Sartório aponta que: “a indisciplina é um reflexo da violência e pobreza social promovidas pela mídia” (SARTÓRIO. 2006, p.36).

Portanto, por mais que os rumos históricos e culturais se transformem o conceito que se construiu de disciplina é aquele que segundo Foucault (2003) só surge quando se obedece a regras, se cumpre deveres e se subordina aos “chefes sociais”

Parafrazeando alguns autores, como Foucault (2003) e Durkheim (1973), a disciplina surge como meio de controle social, resultando assim em atos indisciplinados tudo o que vai contra as normas de controle sociais. Sendo assim, em nossa sociedade na maioria das vezes, o que vale é a disciplina desejada pelo adulto ou ser dominante (professor, chefe, pais, governantes), sendo que o papel dos seus subordinados (crianças, adolescentes, funcionários, filhos e governados) perante uma sociedade disciplinadora e autoritária é obedecer sem questionar e sem gerar revoltas.

O Papel Social da Educação

A educação escolar tem dentro da sociedade no mínimo dois significados. O primeiro significado sociológico da educação encontra-se na explicação de Durkheim (1973), que diz que a educação é uma doutrina pedagógica que tem apoio na concepção do homem e sociedade, pois a educação para ele surge por meio de alguns meios sociais, como: a família, a igreja, a escola e a própria sociedade. Sendo assim, o sujeito que atua na escola, estudando ou ensinando, carrega em si traços de vários contextos, sendo um cidadão formado pelo meio. A educação ainda segundo Durkheim é:

A ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estão maduras para a vida social tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança determinados números de estados físicos, intelectuais e morais que dele reclamam, por um lado, a sociedade política em seu conjunto, e por outro, o meio específico ao qual está destinado. (DURKHEIM. 1973, p.44)

O autor referendado ainda trata a educação como um fato social, pois permite uma integração entre o indivíduo e a sociedade, levando assim seus agentes a construir uma forte identificação com o sistema social em que estão inseridos. Seguindo